

Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Ciência e do Ensino Superior nas comemorações do 28º Aniversário da Universidade dos Açores

Ilha do Faial, 10 de Janeiro de 2004

Sr. Reitor da Universidade dos Açores;

Senhora Secretária Regional da Educação e Cultura, em representação do Sr. Presidente do Governo Regional;

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta;

Autoridades académicas;

Minhas senhoras e meus senhores;

É com muito prazer que volto ao arquipélago dos Açores, desta vez à bela cidade da Horta, neste 28º aniversário da Universidade dos Açores.

O Ensino Superior e a Ciência são domínios estratégicos para o desenvolvimento do nosso país.

Estamos a viver um **tempo de mudança** na Europa nos domínios da ciência e do ensino superior.

O contexto internacional é cada vez mais exigente e competitivo.

O processo de alargamento da União Europeia coloca-nos perante novos desafios aos quais não podemos deixar de dar resposta.

A Europa é já hoje uma **Economia baseada no Conhecimento**.

Temos de apostar decididamente na **Investigação, no Desenvolvimento, na Inovação e na Qualificação**.

O **ensino superior** é hoje frequentado por cerca de 400.000 alunos, reflectindo a democratização da sociedade portuguesa e um notável desenvolvimento do sistema de ensino superior em Portugal.

O aumento do número de **instituições universitárias**, a emergência do **ensino politécnico público**, e o crescimento do **ensino superior particular**, cooperativo e concordatário são marcos a assinalar neste processo.

É fundamental, prosseguirmos no esforço de democratização do ensino superior mas é sobretudo decisivo e determinante apostarmos no **rigor** e responsabilidade da gestão, na **qualidade** e na exigência das Universidades e Politécnicos, no **reforço** da Acção Social Escolar e na **excelência** das instituições científicas.

Rigor e responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos, fazendo mais e melhor com os recursos financeiros que temos à nossa disposição. É um imperativo de natureza orçamental. Mas é sobretudo a aposta na exigência, no mérito e na boa administração.

Qualidade das Universidades e Politécnicos privilegiando o investimento em detrimento do funcionamento, sobretudo, ao nível dos recursos humanos. É no investimento de qualidade, mais do que nas despesas de funcionamento,

que devemos concentrar o nosso esforço e a nossa prioridade.

Consolidação da Acção Social Escolar. Trata-se de reforçar o primado da justiça social e da igualdade de oportunidades tanto no acesso como no sucesso escolar.

Excelência nas instituições científicas, promovendo a inovação, incentivando a investigação em empresas e em consórcio destas com Universidades, Institutos Politécnicos e Centros de Investigação e Desenvolvimento, bem como a inserção de mestres e doutores no tecido produtivo.

Somos os primeiros a pedir rigor, exigência, qualidade e boa gestão. Mas somos e seremos também sempre os primeiros a dar o exemplo de não abrandar o investimento na formação dos nossos jovens, na qualificação das actuais e das futuras gerações.

Porque a mais valia do nosso País reside nos nossos jovens.

Minhas Senhoras e meus senhores

Estes são os **objectivos**.

Objectivos claros, exigentes e ambiciosos.

Objectivos sobretudo ditados por uma lógica qualitativa, mais do que por uma cultura de quantidade.

Para os concretizar, temos duas linhas orientadoras:

- A profunda reforma do Sistema de Ensino Superior que a implementação do **Processo de Bolonha** requer

- A Promoção da **Ciência e Inovação** e a sua **Internacionalização**.

Serão assim nossas prioridades a curto prazo:

1. A implementação da Declaração de Bolonha, aproximando as instituições de Ensino Superior do tecido produtivo e da sociedade;

A) Até 2005 temos de promover:

- a definição do ciclo curto e do ciclo longo
- a organização dos cursos em sistema de créditos
- um sistema de avaliação e acreditação.

A aplicação do processo de Bolonha terá como resultados práticos:

- a saída num ciclo mais curto com empregabilidade
- uma grande mobilidade
- o recentrar dos institutos politécnicos no cerne do nosso sistema de Ensino Superior
- Em suma, uma grande oportunidade de ajustar o nosso sistema ao emprego, produção de riqueza e sua distribuição mais justa.

Quero aproveitar esta oportunidade para vos lançar um desafio:

a criação de um instituto politécnico no âmbito da Universidade, que ministre cursos, por exemplo na área do turismo e dos serviços.

B) Além dos 2 ciclos de Bolonha, temos de desenvolver dois anos de ensino de vertente profissional em ambiente de ensino superior (especialmente

politécnico), sem as mesmas condições de acesso mas com mobilidade para os ciclos seguintes caso tenham condições de acesso.

Esta vertente profissional qualifica os portugueses, resolve o problema de diminuição do número de alunos e retira a pressão da nota de acesso de 9,5.

Apesar de especialmente vocacionado para os institutos politécnicos, mas nada impede as Universidades de desenvolverem esta vertente.

Aliás, já aprovámos experiências piloto na Universidade de Aveiro.

2. A modernização e desburocratização da administração e gestão das instituições do Ensino Superior e simplificação da arquitectura legislativa;
3. O Incremento e modernização da Acção Social, para um ensino de qualidade para todos.

Acabámos de alterar o regulamento de atribuição de bolsas que permitirá que já este ano mais 5.715 novos estudantes beneficiem de bolsas de estudo pagas pelo Estado. É um aumento de cerca de 10%.

É mais um investimento na justiça social, na igualdade de oportunidades, aos jovens socialmente mais carenciados ou economicamente mais desfavorecidos.

Temos um plano para aumentar o número de camas em residências, os lugares sentados em cantinas até...

4. A Implementação do **plano de acção para o ensino na área da saúde** já anunciado pelo governo, plano que, pela primeira vez em décadas, enfrenta o problema da carência de médicos no nosso país e aposta numa solução, através de um aumento sustentado de vagas no Sistema Público e abertura do Ensino da Medicina ao Sector Privado.

É um plano que passa pelo:

- Aumento, de pelo menos, 100 vagas para o 1º ano das 5 licenciaturas da Universidade de Coimbra,

Lisboa, Nova de Lisboa e Porto já para o ano lectivo 2004-2005;

- Abertura, de pelo menos, 100 vagas a acesso ao curso de licenciatura em Medicina a licenciados em Medicina Dentária;

Esta abertura refere-se às mesmas Universidades. Este procedimento permite antecipar cerca de três anos o processo de formação de novos licenciados em Medicina, de modo a colmatar a falta de Médicos entre 2007-2009 que resulta da drástica redução de vagas nos primeiros anos da década de 80.

- Aumento de 39 vagas na Universidade da Beira Interior e de 50 na Universidade do Minho;
- Avaliar desde já de uma forma célere as propostas de criação de novos cursos de Medicina pelo sector Particular e Cooperativo.
- Lançar um concurso em conjunto com o Ministério da Saúde para parcerias Hospital Universitário - Ensino Superior de Medicina, parceria essa de raiz.

Neste âmbito, também uma palavra especial para os Açores.

Gostaria também de informar a integração das Escolas de Enfermagem na Universidade dos Açores.

Apoiaremos de forma decidida o lançamento dos Preparatórios de Medicina a exemplo do que já acontece com a Engenharia Civil e Mecânica que têm os preparatórios na Universidade dos Açores em protocolo com o Instituto Superior Técnico.

5. A Revisão dos Estatutos das Carreiras, promovendo a sua flexibilidade e mobilidade:

- Docente Universitário
- Docente Politécnico
- Investigador
- Bolseiro

6. A promoção da Inovação através da:

- reorganização das unidades de Investigação e Desenvolvimento, reorientação dos seus objectivos e forma de financiamento, criação de

áreas prioritárias com impacto no crescimento económico e áreas de interesse público.

- modernização das Infra-estruturas Científicas, através, por exemplo, do reequipamento científico.
- incremento da valorização e qualificação dos recursos humanos avançados;

Vamos ter pela primeira vez em Portugal um concurso de Bolsas de Mestrado e Doutoramento completamente financiado pelo OE e vamos ter 1000 novas bolsas.

- promoção de inserção de Mestres e Doutores no tecido Produtivo;

A este propósito, anunciámos recentemente bolsas de doutoramento em ambiente empresarial.

- A criação de condições favoráveis ao investimento privado em Investigação e Desenvolvimento;

A decisão de que o nível global da despesa em inovação e Investigação e Desenvolvimento na União deverá ser aumentado a fim de se aproximar dos **3% do PIB até 2010**, dois terços do mesmo devendo provir do sector privado, é um desígnio que coloca a tónica na Ciência, Investigação e Inovação, como motores de competitividade e crescimento. Para concretizar este objectivo, são precisos mais **700 000 novos investigadores na U.E.**

- Portanto temos também de incentivar a investigação em empresas e em consórcio destas com Universidades e Centros de Investigação e Desenvolvimento.

7. A promoção da cultura científica e de divulgação da Ciência que atraia cada vez mais os nossos jovens para as carreiras técnicas e científicas.

Temos de aumentar o número de licenciados, em geral, mas em especial o número de licenciados em Física, Matemática e Tecnologias.

A Europa já fixou esse aumento em 15% até 2010, de forma a que exista um número adequado de especialistas nas diversas áreas científicas.

Temos de aumentar o número de doutores, não só para o sistema científico mas também para o mundo produtivo.

8. Por fim, a **internacionalização** do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior

Na actual era da globalização e da interdependência, a resposta da Europa às necessidades emergentes em matéria de ensino superior e Ciência e Tecnologia não se poderá confinar exclusivamente às suas fronteiras geográficas, mesmo que em sentido lato.

Urge promover a **atractividade** das nossas instituições de ES e Ciência em relação a estudantes e cientistas de todo o mundo.

O ensino superior e a investigação na Europa têm de ser cada vez mais aliciantes não só para os nossos estudantes e investigadores da Europa mas também para o resto do mundo.

Caminhamos rapidamente para a necessidade básica da **ligação em rede** entre as instituições, inclusive para a promoção de graus internacionais, como por exemplo o grau de Mestrado Europeu.

A **mobilidade** desempenha aqui um papel fundamental.

Quando me refiro à mobilidade, faço-o em sentido amplo: mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; mobilidade na perspectiva individual, nacional, entre regiões, mas também entre instituições, entre áreas do saber e entre sectores de actividade.

Um outro aspecto que gostaria de referir no que toca à internacionalização do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior é a necessidade de dotar o nosso tecido científico e empresarial de **meios e competências**, para o preparar para os desafios crescentes dos Programas Europeus como o 6º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da UE e a recente **Iniciativa para o Crescimento**, aprovada no Conselho Europeu de 12 de Dezembro.

Esta Acção abrange os investimentos tanto materiais como imateriais em dois grandes domínios: por um lado a **infra-estrutura das redes transeuropeias** (RTE), nomeadamente nos sectores dos transportes, das telecomunicações e da energia e, por outro, a **inovação e a Investigação e Desenvolvimento**, incluindo as tecnologias do ambiente.

Esta iniciativa para o crescimento integra um conjunto de projectos denominados “**Projectos de Arranque Rápido**”. Estes projectos terão um modelo de financiamento inovador envolvendo um mecanismo financeiro em que prevê a complementaridade de financiamentos oriundos do 6º Programa Quadro de I&D fundos estruturais, Banco Europeu de Investimento e Financiamento Privado.

É nesta conformidade que tudo faremos para colocar as equipas e empresas portuguesas em posições chave nos projectos de arranque rápido já identificados pela Comissão Europeia, nomeadamente em áreas como o Hidrogénio, os Lasers, as TIC, as Nanotecnologias, o Espaço e o GMES (Global Monitoring for the Environment and Security).

Em todas estas áreas as regiões ultraperiféricas portuguesas em geral e Açores em particular podem ter um papel importante.

Temos de reforçar as estratégias de investigação, desenvolvimento tecnológico e de inovação nas regiões ultraperiféricas de forma a permitir a sua melhor integração do Espaço Europeu de Investigação e a preparar o desafio que representa a Europa do Conhecimento num cenário de Alargamento.

Porque só através da qualificação dos recursos humanos, de tecnologia e inovação, da ligação em rede, as regiões periféricas e ultraperiféricas o deixarão de ser.

Por outro lado, as regiões ultraperiféricas têm de ser entendidas como uma vantagem.

Foi o que aconteceu em relação à escolha da Ilha de Santa Maria para receber a **Primeira Estação de Rastreamento de Satélites em Portugal.**

Para a escolha da Ilha, foi determinante a sua localização geográfica privilegiada que permite o acompanhamento de uma série de missões da Agência, que requer a existência de uma estação como ponto intermédio entre Kauran e Toulouse, capaz de ser utilizada todo o ano.

Diria, como conclusão, que a internacionalização do sistema nacional de C&T e ES é um meio essencial para fomentar a exigência e a busca de qualidade e excelência. É pois uma das grandes prioridades deste Ministério.

Obviamente para concretizar todos estes projectos, temos de investir, aproveitando as verbas comunitárias para estes fins.

Também a este nível temos de dar o exemplo, gerindo com eficácia os fundos estruturais.

Como é do Vosso conhecimento, o Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI) constitui um dos

pilares fundamentais do nosso sistema de financiamento de Ciência.

Tenho sido detectadas anomalias que se verificavam desde 2000 o POCTI foi objecto de um enorme esforço de regularização.

Este **plano de regularização** permitiu o devido enquadramento de mais de 2000 projectos e o reforço das acções de acompanhamento e controlo, prevendo-se a sua conclusão durante o 1º semestre de 2004.

Na prática, foi este plano posto em prática pelo Ministério que permitiu o desbloqueamento do financiamento.

É assim possível garantir novamente os fundos estruturais ao serviço da Ciência e Inovação, que são para este Governo factores estruturantes de desenvolvimento do nosso País.

É pois com grande satisfação que gostaria de anunciar o seguinte:

- ❖ No que se refere ao financiamento das unidades de investigação que integram o Sistema Científico Nacional (medida 2.1), será pago o 2º semestre de 2003 até ao fim de Janeiro de 2004.
- ❖ Serão igualmente divulgados os resultados de avaliação de novos centros até ao fim de Janeiro de 2004.
- ❖ No que se refere ao re-equipamento científico, o concurso lançado no 1º semestre de 2002 será avaliado durante o primeiro trimestre de 2004, sendo os resultados publicados em Abril de 2004, perspectivando-se que seja ainda possível financiar durante 2004.

O re-equipamento científico é de importância fundamental, pois a maior parte do equipamento existente encontra-se em fase de obsolescência, com mais de 10 anos. O último grande concurso de aquisição de equipamento remonta a 1991, no âmbito do Programa Ciência.

- ❖ Em relação aos projectos de investigação científica, será aberto concurso em Fevereiro de 2004 em áreas a definir.

- ❖ Em relação aos projectos de apoio a investigação em consórcio (Programa IDEA), terão lugar dois concursos (Março e Setembro de 2004).

- ❖ Na área de promoção da cultura científica, serão levadas a cabo várias iniciativas, nomeadamente o lançamento de concurso para projectos destinados às Escolas e projectos de novos centros Ciência Viva.

Aproveito para informar que na área de divulgação científica, o projecto RCTS – Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade – que apoia a utilização pedagógica de Internet nas Escolas, anteriormente financiada pelo POSI, mas considerada não elegível pela Comissão Europeia, será suportada em 2004 pelo Orçamento do Estado do MCES.

Por maioria de razão, **o vosso programa de Internet nas escolas é também suportado pelo nosso Orçamento.**

- ❖ No âmbito da Formação Avançada, podemos anunciar o seguinte:
 - Os resultados das bolsas de pós doutoramento já submetidas serão divulgados no princípio de Fevereiro de 2004;
 - O concurso de bolsas de pós doutoramento, aberto em permanência, terá duas avaliações em 2004: Julho e Dezembro;
 - A abertura de um concurso de bolsas de doutoramento em Fevereiro de 2004;
 - A abertura em Janeiro de 2004 de concurso de bolsas de doutoramento em meio empresarial;
 - O concurso de apoio à inserção de Mestres e Doutores em empresas está aberto em permanência, com avaliação 4 vezes por ano.

- O programa NEST, de apoio à criação de novas empresas de base tecnológica, aberto em permanência e com avaliação 4 vezes por ano.

A Ciência, a Investigação e a Inovação são para este Governo factores estruturantes de desenvolvimento do nosso País.

Assumindo essa mesma importância, o Orçamento de Estado para 2004 reforçou em 12,4% as verbas para a Ciência (total de 239,1 milhões de €) por comparação com o Orçamento em 2003.

Em relação aos Fundos Estruturais, as contrapartidas nacionais na área de Ciência são hoje superiores, quando comparadas com os anos anteriores, numa proporção de 63,3% de esforço nacional para 36,7% de esforço comunitário.

Pela primeira vez, em 2004 o financiamento de bolsas de Formação Avançada é integralmente suportado pelo Orçamento de Estado.

No âmbito do processo de reprogramação intercalar do III QCA – Quadro Comunitário de Apoio, o POCTI viu, em Dezembro de 2003, o seu financiamento reforçado.

Como sabem, a meio do período de execução dos programas operacionais, existe a possibilidade de reprogramar o financiamento e os objectivos dos programas através da Reserva de Eficiência e da Reserva de Programação.

A Reserva de Eficiência é concedida pela Comissão Europeia e a sua atribuição depende de índices relacionados com o grau de execução e de eficiência dos Programas.

A Reserva de Programação, proposta pelo Estado Membro e aprovada pela Comissão Europeia, constitui um elemento de flexibilidade do Quadro Comunitário de Apoio e dos Programas Operacionais, destinado a aumentar a capacidade de adaptação e de resposta às incertezas decorrentes da dimensão temporal do período de programação.

Em Dezembro de 2003, através da Reserva de Eficiência, o orçamento do POCTI foi reforçado para o período de 2004-2006 em 22,412 milhões de €.

No âmbito da Reserva de Programação, o Governo propôs à Comissão Europeia o reforço de 50 milhões de € para o POCTI para o período 2004 – 2006.

Concluindo, é com o maior gosto que anuncio um conjunto de decisões relativas à Universidade dos Açores.

Em primeiro lugar, e porque estamos na Horta, quero anunciar que foi aprovado o Programa Preliminar do Departamento de Oceanografia e Pescas a instalar no edifício do antigo hospital Walter-Bensaúde que permitirá a **construção de novas instalações para o departamento assim como uma nova residência, num investimento total de quase três milhões e quinhentos mil euros.**

Em segundo lugar, **estão em curso várias obras** de muita importância como **o Corpo de Anfiteatros/Complexo Pedagógico, a Biblioteca/Serviços de Documentação,**

os blocos 1,2 e 3 do Complexo das Laranjeiras relativos a residências e cantina, todas no Pólo de Ponta Delgada.

Já no de **Angra do Heroísmo**, está em curso a **construção do novo campus.**

Em terceiro lugar, estamos a apoiar, entre outros, programas de formação de docentes, nomeadamente **mestrados e doutoramentos no âmbito do PRODEP.**

Finalmente, tendo como objectivos a modernização e simplificação de procedimentos, a correcção de assimetrias o desenvolvimento de áreas estratégicas e a captação de novos públicos, foram aprovados **contratos programas com as instituições de ensino superior.**

Ora, a **Universidade dos Açores**, tendo apresentado um contrato programa muito bem fundamentado, será a **instituição que receberá a maior verba, permitindo assim a execução de várias acções que, com toda a certeza, contribuirão para a modernização e desenvolvimento desta Universidade.**

Penso que esta é uma boa notícia, e não é por acaso que eu me desloco pela primeira vez, na qualidade de Ministra a uma Universidade, mas justifica-se plenamente, pois é com muita satisfação que registei o facto de o Contrato-Programa apresentado pela Universidade dos Açores ser o mais ambicioso, o melhor estruturado.

Portanto, recebeu de longe o maior investimento de todo o país.

Dirijo-me a si, Sr. Reitor, para felicitar toda a Universidade dos Açores.

Até porque o contrato programa significa também a **resposta às dificuldades operacionais e ao acréscimo nos encargos de funcionamento decorrentes da insularidade e da dispersão tripolar da Universidade dos Açores.**

Minhas senhoras e meus senhores

É minha convicção que só com uma **aposta profunda na qualificação** dos portugueses na ciência e inovação Portugal ganhará a batalha do desenvolvimento.

Só através de uma agenda **ambiciosa e reformista** conseguiremos alcançar a muito curto prazo os nossos objectivos e ultrapassar os desafios: maior crescimento económico, maior empregabilidade, mais riqueza e mais justiça social.

Só com um **ensino superior e um sistema científico e tecnológico de qualidade** podemos enfrentar os desafios da crescente competitividade internacional.

Só através da **criação e transmissão do conhecimento** poderemos vencer a batalha do desenvolvimento, da criação da riqueza e sua distribuição mais justa.

O ensino superior, a ciência, a tecnologia e a inovação são **áreas indispensáveis para a concretização destes objectivos.**

Vamos, com toda a certeza, utilizá-las para construir um projecto mobilizador para o futuro de Portugal.

Muito obrigada.